



**Câmara dos Deputados**  
Assessoria Técnica da Liderança do PT

## **Boletim de Indicadores Econômicos**

Ano 7 – Nº 01

Janeiro de 2006

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

**Brasília/DF**

## ÍNDICE

<b>I. Setor Real</b>	
I.1. Produção Industrial .....	02
I.2. Taxas de Desemprego .....	03
I.3. Rendimento Real Médio .....	04
I.4. PIB .....	04
I.5. Indicadores de Inflação .....	05
<b>II. Setor Público</b>	
II.1. Dívida Líquida .....	06
II.2. Déficit .....	07
II.3. Transferências Constitucionais .....	08
II.4. Dívida Mobiliária .....	11
<b>III. Setor Externo</b>	
III.1. Dívida Externa .....	12
III.2. Reservas Internacionais .....	13
III.3. Taxa de Câmbio .....	14
III.4. Balanço de Pagamentos .....	15
III.5. Balança Comercial .....	16
<b>IV. Setor Financeiro</b>	
IV.1. Taxa de Juros Selic .....	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito .....	18
IV.3. Volume de Crédito .....	19

## I. Setor Real

Tabela 1 – Produção Industrial

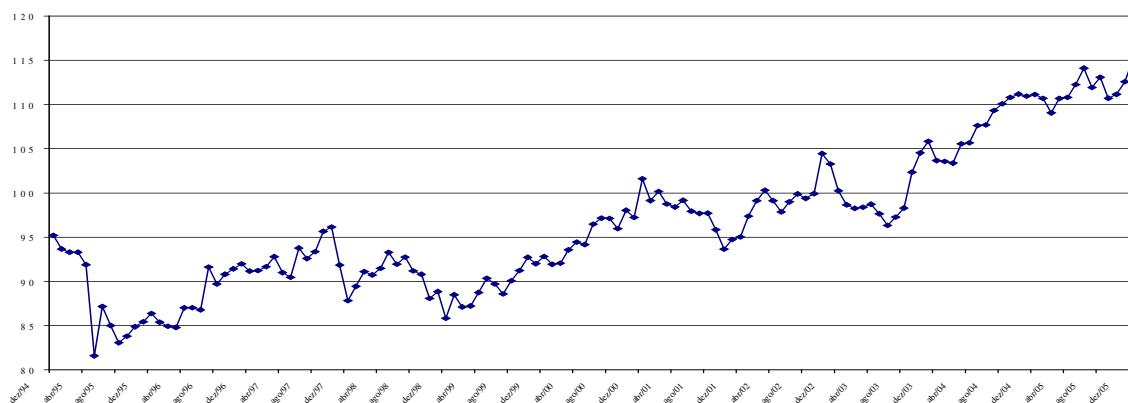
Período	Número Índice <sup>1</sup>	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)
1994	Dez	95,2	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	0,0
2004	Dez	111,1	7,2	0,2
2005	Jan	110,7	6,9	-0,4
	Fev	109,1	5,5	-1,5
	Mar	110,7	4,9	1,5
	Abr	110,8	4,9	0,1
	Mai	112,3	4,3	1,3
	Jun	114,1	6,0	1,7
	Jul	111,9	2,4	-1,9
	Ago	113,1	2,7	1,0
	Set	110,7	-0,1	-2,1
	Out	111,2	0,0	0,4
	Nov	112,6	1,5	1,3
	Dez	115,1	3,6	2,3

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial

(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	Taxa de desemprego IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desocupação IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
Jan	nd	nd	10,2	11,1	16,7
Fev	nd	nd	10,6	11,5	17,1
Mar	nd	nd	10,8	11,5	17,3
Abr	nd	nd	10,8	11,4	17,5
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,5
Jun	nd	nd	9,4	10,5	17,5
Jul	nd	nd	9,4	9,9	17,5
Ago	nd	nd	9,4	9,4	17,1
Set	nd	nd	9,6	9,7	16,9
Out	nd	nd	9,6	9,6	16,9
Nov	nd	nd	9,6	9,7	16,4
Dez	nd	nd	8,3	7,8	15,8

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em dezembro de 2005, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 8,3%, verificando-se uma queda de 1,3 pontos percentuais (p.p.) em relação a novembro de 2005. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma queda de 1,9 p.p. entre os meses de dezembro (7,8%) e novembro (9,7%). Quando comparado com dezembro de 2004, foi registrada uma queda de 2,0 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo entre os meses de dezembro (15,8%) e novembro (16,4%) de 2005 foi registrado uma queda de 0,6p.p.. A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior foi uma queda de 1,3 p.p.. Trata-se da menor taxa de desemprego para este mês desde 1996, quando alcançou 14,2%.

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo <sup>1</sup>

		Ocupados <sup>2</sup>		Assalariados <sup>3</sup>	
		Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>	Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>
1995	Nov	1.567	76,8	1.490	69,8
1996	Nov	1.615	79,1	1.570	73,5
1997	Nov	1.547	75,8	1.568	73,4
1998	Nov	1.508	73,8	1.545	72,4
1999	Nov	1.394	68,3	1.429	66,9
2000	Nov	1.363	66,7	1.360	63,7
2001	Nov	1.174	57,5	1.212	56,7
2002	Nov	1.083	53,0	1.110	52,0
2003	Nov	1.081	52,9	1.144	53,6
2004					
	Nov	1.061	52,0	1.138	53,3
	Dez	1.057	51,8	1.117	52,3
2005					
	Jan	1.040	50,9	1.099	51,4
	Fev	1.042	51,0	1.107	51,8
	Mar	1.041	51,0	1.113	52,1
	Abr	1.041	51,0	1.115	52,2
	Mai	1.037	50,8	1.121	52,5
	Jun	1.056	51,7	1.141	53,4
	Jul	1.074	52,6	1.160	54,3
	Ago	1.092	53,5	1.164	54,5
	Set	1.081	53,0	1.159	54,3
	Out	1.066	52,2	1.142	53,5
	Nov	1.072	52,5	1.153	54,0

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclui os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB <i>per capita</i> (valores reais de 2003)	Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>	Índice do PIB <i>per capita</i>
1994	349,2	5,9	78,7	8.907,0	4,2	91,6
1995	646,2	4,2	82,0	9.140,4	2,6	94,0
1996	778,9	2,7	84,2	9.241,1	1,1	95,0
1997	870,7	3,3	86,9	9.400,2	1,7	96,6
1998	914,2	0,1	87,1	9.272,6	-1,4	95,3
1999	973,8	0,8	87,7	9.207,0	-0,7	94,6
2000	1.101,3	4,4	91,6	9.466,7	2,8	97,3
2001	1.198,7	1,3	92,8	9.450,7	-0,2	97,1
2002	1.346,0	1,9	94,6	9.492,5	0,4	97,6
2003	1.556,2	0,5	95,3	9.405,9	-0,9	96,7
2004 <sup>1</sup>	1.766,6	4,9	100,0	9.728,8	3,4	100,0

Fonte: IBGE.

1 – Resultados provisórios calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

																									(em %)	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005												2006	Últimos	
												Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	12 meses		
IGP-DI (FGV)	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	0,4	1,0	0,5	-0,3	-0,5	-0,4	-0,8	-0,1	0,6	0,3	0,1	0,7	1,6		
IGP-M (FGV)	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	0,3	0,9	0,9	-0,2	-0,4	-0,3	-0,7	-0,5	0,6	0,4	0,0	0,9	1,7		
IPC-DI (FGV)	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	0,4	0,7	0,9	0,8	-0,1	0,1	-0,4	0,1	0,4	0,6	0,5	0,7	4,7		
IPA-DI (FGV)	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	0,4	1,1	0,3	-1,0	-0,8	-0,7	-1,0	-0,3	0,8	0,2	-0,1	0,8	-0,2		
IPA-Agro (FGV)	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	1,3	3,6	-1,6	-2,8	-1,0	-1,6	-2,5	-3,2	0,8	0,6	0,6	0,6	-5,1		
IPA-Ind (FGV)	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	0,1	0,3	1,0	-0,4	-0,7	-0,4	-0,6	0,7	0,8	0,1	-0,4	0,9	1,4		
INPC (IBGE)	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	0,4	0,7	0,9	0,7	-0,1	0,0	0,0	0,2	0,6	0,5	0,4	0,4	4,8		
IPCA (IBGE)	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	0,6	0,6	0,9	0,5	0,0	0,3	0,2	0,4	0,8	0,6	0,4	0,6	5,7		
IPC-SP (FIPE)	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	0,4	0,8	0,8	0,4	-0,2	0,3	-0,2	0,4	0,6	0,3	0,3	0,5	4,5		
ICV (Dieese)	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	0,3	0,8	0,5	0,4	-0,2	-0,2	0,0	0,7	0,6	0,4	0,2	0,7	4,3		

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.  
nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que os índices de preços, IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna), IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) e IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna), sofreram uma alta em suas taxas de variação. O IPA-DI variou de -0,1%, em dezembro, para 0,8%, em janeiro. O IGP-DI registrou 0,1% em dezembro e 0,7%, em janeiro. Já o IPC-DI variou de 0,5%, em dezembro, para 0,7%, em janeiro.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do mês de janeiro teve variação de 0,6%. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) teve variação de 0,4% em janeiro.

Em dezembro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) apresentou alta de 0,7%. A taxa é 0,5 p.p. superior à apurada em dezembro de 2005, que chegou a 0,2%.

## II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público <sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Discriminação	1994		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Dívida total líquida (2+3)</b>	153,2	30,0	208,5	30,6	269,2	33,3	308,4	34,4	385,9	41,7	516,6	48,7	563,2	48,8	660,9	52,6	881,1	55,5	913,1	57,2	957,0	51,7	1.002,5	51,6
1.1 Governo federal e Bacen	65,8	12,9	90,4	13,3	128,4	15,9	167,7	18,7	231,3	25,0	316,2	29,8	353,0	30,6	411,8	32,8	560,8	35,3	578,7	36,3	601,5	32,5	664,2	34,2
1.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	51,1	10,0	72,5	10,6	93,3	11,5	115,9	12,9	113,2	12,2	147,9	13,9	161,2	14,0	203,4	16,2	258,0	16,3	278,0	17,4	306,0	16,5	305,7	15,8
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,7	1,9	22,9	2,2	24,1	2,1	26,2	2,1	35,0	2,2	38,7	2,4	45,1	2,4	44,3	2,3
1.4 Empresas Estatais	36,2	7,1	45,6	6,7	47,4	5,9	24,8	2,8	23,7	2,6	29,6	2,8	24,9	2,2	19,5	1,6	27,3	1,7	17,7	1,1	4,5	0,2	-11,8	-0,6
<b>2 Dívida interna líquida</b>	108,8	21,3	170,3	25,0	237,6	29,4	269,8	30,1	328,7	35,5	407,8	38,4	451,8	39,2	530,0	42,2	654,3	41,2	726,7	45,5	818,1	44,2	952,2	49,1
2.1 Governo federal e Bacen	33,4	6,5	66,7	9,8	115,7	14,3	150,3	16,7	192,5	20,8	233,1	22,0	267,6	23,2	308,5	24,6	363,2	22,9	418,5	26,2	476,4	25,7	617,4	31,8
2.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	49,3	9,7	70,2	10,3	90,3	11,2	111,6	12,4	107,7	11,6	139,4	13,1	151,6	13,1	192,2	15,3	239,6	15,1	261,6	16,4	290,0	15,7	292,7	15,1
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,1	1,9	22,0	2,1	22,7	2,0	24,4	1,9	32,1	2,0	36,1	2,3	42,4	2,3	42,2	2,2
2.4 Empresas Estatais	26,1	5,1	33,4	4,9	31,5	3,9	8,0	0,9	11,5	1,2	13,4	1,3	10,0	0,9	5,0	0,4	19,4	1,2	10,5	0,7	9,3	0,5	-0,2	0,0
<b>3. Dívida externa líquida</b>	44,4	8,7	38,1	5,6	31,6	3,9	38,6	4,3	57,2	6,2	108,8	10,3	111,3	9,6	130,8	10,4	226,8	14,3	186,5	11,7	138,9	7,5	50,3	2,6
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	32,4	6,4	23,7	3,5	12,7	1,6	17,5	2,0	38,8	4,2	83,2	7,8	85,4	7,4	103,3	8,2	197,6	12,5	160,3	10,0	125,1	6,8	46,8	2,4
3.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	1,8	0,4	2,3	0,3	3,0	0,4	4,3	0,5	5,5	0,6	8,5	0,8	9,6	0,8	11,3	0,9	18,4	1,2	16,4	1,0	16,0	0,9	13,0	0,7
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1
3.4 Empresas Estatais	10,1	2,0	12,2	1,8	15,9	2,0	16,8	1,9	12,2	1,3	16,2	1,5	14,9	1,3	14,6	1,2	7,9	0,5	7,1	0,5	-4,8	-0,3	-11,6	-0,6

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou 2005 em R\$ 1.002,5 bilhões, o que representou 51,6% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público <sup>1</sup>

(Últimos 12 meses - R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		Até dezembro 2005	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Nominal <sup>2</sup></b>	47,0	7,3	45,7	5,9	53,2	6,1	72,5	7,9	96,2	10,0	49,3	4,5	72,1	5,2	138,3	10,3	56,3	3,6	43,8	2,5	59,1	3,1
1.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	15,4	2,4	19,9	2,6	22,9	2,6	49,4	5,4	66,2	6,9	34,5	3,1	44,5	3,7	86,7	6,4	39,4	2,5	23,7	1,3	68,7	3,6
1.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	23,1	3,6	21,1	2,7	26,4	3,0	16,4	1,8	26,1	2,7	20,0	1,8	23,1	1,9	43,8	3,3	22,9	1,5	27,5	1,6	4,8	0,3
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,5	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,6	4,1	0,3	6,5	0,4	0,7	0,0
1.4 Empresas Estatais	8,6	1,3	4,7	0,6	3,9	0,5	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,6	0,1	0,0	-10,1	-0,7	-13,9	-0,8	-15,1	-0,8
<b>2. Juros nominais <sup>2</sup></b>	48,8	7,5	45,0	5,8	44,9	5,2	72,6	7,9	127,2	13,2	87,4	7,9	105,6	8,8	190,7	14,2	122,5	7,9	124,9	7,1	152,6	7,9
2.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	18,7	2,9	22,9	2,9	20,5	2,4	54,4	6,0	88,9	9,2	54,9	5,0	66,4	5,5	118,6	8,8	78,2	5,0	76,1	4,3	124,5	6,4
2.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	21,9	3,4	16,8	2,2	19,9	2,3	12,7	1,4	27,7	2,9	24,5	2,2	30,3	2,5	52,4	3,9	34,9	2,2	43,6	2,5	21,9	1,1
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,4	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,5	4,8	0,3
2.4 Empresas Estatais	8,1	1,3	5,3	0,7	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,6	3,6	0,3	4,5	0,4	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,2	1,4	0,1
<b>3. Primário <sup>4</sup></b>	-1,7	-0,3	0,7	0,1	8,3	1,0	-0,1	0,0	-31,1	-3,2	-38,2	-3,5	-33,6	-3,6	-52,4	-3,9	-66,2	-4,3	-81,1	-4,6	-93,5	-4,8
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	-3,3	-0,5	-2,9	-0,4	2,4	0,3	-5,0	-0,6	-22,7	-2,4	-20,4	-1,9	-22,0	-1,8	-31,9	-2,4	-38,7	-2,5	-52,4	-3,0	-55,7	-2,9
3.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	1,2	0,2	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,8	-16,1	-0,9	-17,2	-0,9
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,2	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2
3.4 Empresas Estatais	0,5	0,1	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,4	-6,3	-0,7	-11,7	-1,1	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,9	-11,2	-0,6	-16,4	-0,9

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em dezembro, foi de R\$ 59,1 bilhões, o que representou 3,1% do PIB.

## Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2005 até dezembro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
<b>Acre</b>	871.106	0	115.252	1.973	163	2.688	9.561	1.000.743
<b>Alagoas</b>	1.059.307	0	81.667	18.212	3.861	39.061	19.812	1.221.919
<b>Amazonas</b>	710.534	24	89.695	21.846	41.847	29.704	19.119	912.769
<b>Amapá</b>	868.815	145	130.233	8.810	33	8.811	7.997	1.024.843
<b>Bahia</b>	2.392.602	0	194.132	80.559	94.099	43.464	87.175	2.892.030
<b>Ceará</b>	1.868.232	9	91.885	35.304	20.468	19.295	47.601	2.082.794
<b>Distrito Federal</b>	175.749	0	45.673	23.402	433	2.877	24.247	272.382
<b>Espírito Santo</b>	381.953	0	90.191	92.407	69.440	83.019	27.259	744.268
<b>Goiás</b>	723.953	0	153.876	28.930	15.595	24.751	63.830	1.010.935
<b>Maranhão</b>	1.838.006	4	161.075	36.388	14.756	38.250	40.852	2.129.331
<b>Minas Gerais</b>	1.134.272	0	501.036	279.697	177.057	78.347	145.712	2.316.121
<b>Mato Grosso do Sul</b>	339.174	0	63.692	26.761	9.967	16.170	34.337	490.101
<b>Mato Grosso</b>	587.672	159	107.909	42.068	14.811	78.887	40.136	871.644
<b>Pará</b>	1.556.329	375	145.171	94.583	58.504	119.899	38.550	2.013.411
<b>Paraíba</b>	1.219.422	0	142.348	6.232	6.102	11.992	25.585	1.411.681
<b>Pernambuco</b>	1.757.033	0	191.512	32.201	8.717	8.721	46.062	2.044.245
<b>Piauí</b>	1.100.380	0	82.658	6.538	849	8.897	26.202	1.225.525
<b>Paraná</b>	734.164	0	267.182	218.539	173.700	90.847	97.312	1.581.745
<b>Rio de Janeiro</b>	389.006	47	80.543	127.125	160.791	31.227	68.931	857.670
<b>Rio Grande do Norte</b>	1.063.840	0	119.399	7.849	10.478	16.130	27.584	1.245.279
<b>Rondônia</b>	716.950	135	85.690	5.406	2.220	9.441	16.386	836.228
<b>Roraima</b>	631.673	8	113.923	829	102	2.103	9.549	758.187
<b>Rio Grande do Sul</b>	599.615	0	276.848	217.714	224.130	81.583	85.834	1.485.723
<b>Santa Catarina</b>	325.882	0	150.337	77.842	137.145	67.594	51.525	810.324
<b>Sergipe</b>	1.058.085	0	100.083	5.429	1.049	2.785	16.812	1.184.243
<b>São Paulo</b>	254.635	4	533.740	674.999	311.627	95.748	235.088	2.105.841
<b>Tocantins</b>	1.105.116	0	146.565	1.706	192	6.477	25.045	1.285.101
<b>Total</b>	<b>25.463.502</b>	<b>909</b>	<b>4.262.316</b>	<b>2.173.350</b>	<b>1.558.137</b>	<b>1.018.769</b>	<b>1.338.102</b>	<b>35.815.086</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2005 até dezembro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	ITR	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
<b>Acre</b>	148.974	0	65.265	658	54	214	896	3.187	219.248
<b>Alagoas</b>	634.524	0	232.811	6.071	1.287	648	13.020	6.604	894.965
<b>Amazonas</b>	366.348	56	115.329	7.282	13.949	474	9.901	6.373	519.714
<b>Amapá</b>	93.770	337	41.716	2.937	11	182	2.937	2.666	144.556
<b>Bahia</b>	2.381.009	0	689.363	26.853	31.366	5.814	14.488	29.058	3.177.952
<b>Ceará</b>	1.394.517	21	497.017	11.768	6.823	884	6.432	15.867	1.933.328
<b>Distrito Federal</b>	59.088	0	0	0	144	348	0	0	59.580
<b>Espírito Santo</b>	475.932	0	99.283	30.802	23.147	1.336	27.673	9.086	667.259
<b>Goiás</b>	968.441	0	155.258	9.643	5.198	10.999	8.250	21.277	1.179.067
<b>Maranhão</b>	1.083.580	8	603.125	12.129	4.919	1.801	12.750	13.617	1.731.930
<b>Minas Gerais</b>	3.504.988	0	425.128	93.232	59.019	15.590	26.116	48.571	4.172.644
<b>Mato Grosso do Sul</b>	396.379	0	74.753	8.920	3.322	12.739	5.390	11.446	512.949
<b>Mato Grosso</b>	504.258	371	98.168	14.023	4.937	11.005	26.296	13.379	672.436
<b>Pará</b>	970.052	874	464.569	31.528	19.501	2.928	39.966	12.850	1.542.269
<b>Paraíba</b>	861.511	0	227.777	2.077	2.034	538	3.997	8.529	1.106.463
<b>Pernambuco</b>	1.342.231	0	343.157	11.247	2.906	1.148	2.907	15.354	1.718.949
<b>Piauí</b>	663.443	0	250.754	2.179	283	1.226	2.966	8.734	929.585
<b>Paraná</b>	1.799.512	0	272.228	72.847	57.900	17.686	30.282	32.437	2.282.892
<b>Rio de Janeiro</b>	787.176	110	194.763	42.375	53.597	1.790	10.409	22.977	1.113.197
<b>Rio Grande do Norte</b>	662.074	0	189.486	2.616	3.493	488	5.377	9.195	872.729
<b>Rondônia</b>	242.587	314	85.434	1.802	740	936	3.147	5.462	340.422
<b>Roraima</b>	130.121	19	20.731	276	34	183	701	3.183	155.248
<b>Rio Grande do Sul</b>	1.797.793	0	249.735	72.578	74.710	14.076	27.194	28.611	2.264.698
<b>Santa Catarina</b>	1.036.147	0	140.606	25.947	45.715	3.492	22.531	17.175	1.291.614
<b>Sergipe</b>	387.938	0	156.621	1.810	350	444	928	5.604	553.695
<b>São Paulo</b>	3.574.683	10	362.396	225.625	103.876	25.073	31.916	78.363	4.401.941
<b>Tocantins</b>	408.800	0	121.043	569	64	2.187	2.159	8.348	543.169
<b>Total</b>	<b>26.675.876</b>	<b>2.122</b>	<b>6.176.517</b>	<b>717.795</b>	<b>519.379</b>	<b>134.226</b>	<b>338.631</b>	<b>437.952</b>	<b>35.002.498</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado<sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real <sup>2</sup>
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	190,4
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	291,4
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	432,9
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	584,0
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	727,7
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	777,0
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	880,3
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	950,1
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	858,9
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	905,5
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	880,4
2005				
Jan	882,4	13,4	895,8	903,8
Fev	899,1	13,5	912,5	917,1
Mar	917,8	14,0	931,8	927,2
Abr	918,5	12,7	931,2	922,0
Mai	925,3	12,1	937,4	930,4
Jun	939,7	11,9	951,6	948,8
Jul	952,4	12,0	964,3	965,3
Ago	965,8	12,0	977,8	986,6
Set	977,2	11,4	988,6	998,8
Out	993,9	9,8	1.003,7	1.007,7
Nov	1.005,1	6,3	1.011,4	1.012,1
Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.016,8

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

## III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003 <sup>1</sup>	2004 <sup>1</sup>					2005 <sup>1</sup>		
						Jun	Jul	Ago	Set	Dez	Mar	Jun	Set
<b>1 Dívida de médio e longo prazos<sup>2</sup></b>	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	185,7	183,5	182,6	183,6	182,6	181,5	174,6	166,7
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	113,9	113,7	114,0	114,0	114,7	114,9	110,0	104,1
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	71,8	69,9	68,6	69,5	67,9	66,6	64,6	62,6
<b>2 Dívida de curto prazo</b>	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	19,8	19,4	20,7	18,6	18,7	20,5	16,8	16,4
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	19,8	19,4	20,7	18,6	18,7	20,5	16,7	16,4
<b>3 Dívida externa total<sup>3</sup></b>	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	205,6	203,0	203,4	202,2	201,4	201,9	191,3	183,2
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	113,9	113,7	114,0	114,1	114,7	114,9	110,0	104,1
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	91,6	89,3	89,4	88,1	86,7	87,0	81,3	79,0

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais <sup>1</sup>

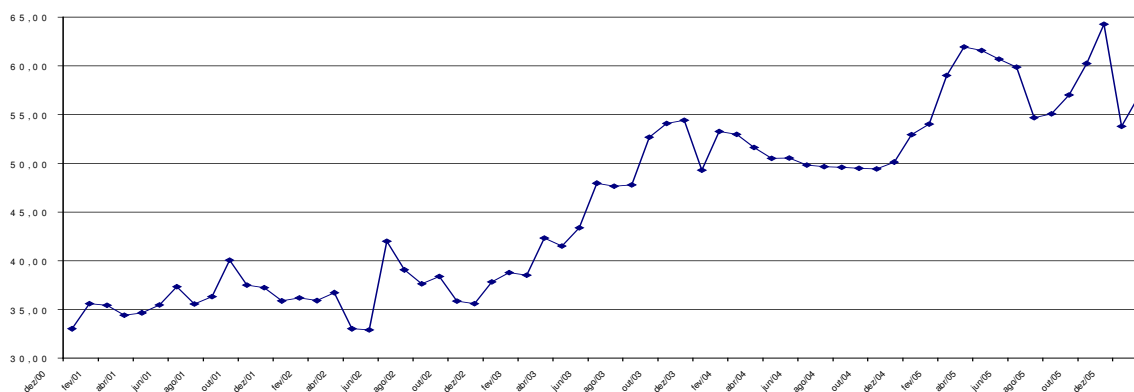
		(US\$ bilhões)
1995 Dez		51,8
1996 Dez		60,1
1997 Dez		52,2
1998 Dez		44,6
1999 Dez		36,3
2000 Dez		33,0
2001 Dez		35,9
2002 Dez		37,8
2003 Dez		49,3
2004 Dez		52,9
2005		
	Jan	54,0
	Fev	59,0
	Mar	62,0
	Abr	61,6
	Mai	60,7
	Jun	59,9
	Jul	54,7
	Ago	55,1
	Set	57,0
	Out	60,2
	Nov	64,3
	Dez	53,8
2006		
	Jan	56,9

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio <sup>1</sup>

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005		
Jan	2,62	3,42
Fev	2,60	3,43
Mar	2,67	3,46
Abr	2,53	3,26
Mai	2,40	2,96
Jun	2,35	2,85
Jul	2,39	2,90
Ago	2,36	2,91
Set	2,22	2,67
Out	2,25	2,70
Nov	2,21	2,60
Dez	2,34	2,77
2006		
Jan	2,22	2,70

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em janeiro de 2006 sua cotação em R\$ 2,22. Com isso, verificou-se uma queda de 5,3% em relação ao mês anterior.

Comparando janeiro de 2006 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 15,6%.

Apesar das tentativas do governo de aumentar a oferta interna de dólares, por meio de leilões de venda, o mercado tem mantido, até o momento, uma tendência de valorização da moeda brasileira frente à moeda norte-americana e até mesmo frente à moeda da União Européia.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros <sup>1</sup>	
	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,6	10.427,0	1,5	3.396,6	0,5
1996	-23.502,0	-3,0	12.388,7	1,6	3.726,6	0,5
1997	-30.452,4	-3,8	13.499,8	1,7	6.181,1	0,8
1998	-33.415,9	-4,2	15.321,0	1,9	7.163,0	0,9
1999	-25.334,8	-4,7	17.100,4	3,2	5.514,9	1,0
2000	-24.224,4	-4,0	17.095,7	2,8	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,6	17.621,2	3,5	5.226,2	1,0
2002	-7.636,8	-1,7	15.275,0	3,3	6.020,0	1,3
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	3,0	6.403,2	1,3
2004						
Jan – Dez	11.711,1	1,9	15.289,0	2,5	8.257,3	1,4
Jan	686,8	1,5	1.156,0	2,5	232,6	0,5
Fev	202,7	0,4	1.397,9	3,1	591,9	1,3
Mar	759,7	1,5	968,2	1,9	974,9	1,9
Abr	-754,0	-1,5	1.855,0	3,8	859,7	1,8
Mai	1.481,3	2,9	1.055,3	2,1	893,2	1,8
Jun	2.019,9	4,0	1.302,5	2,6	533,8	1,0
Jul	1.804,3	3,5	1.179,4	2,3	498,6	1,0
Ago	1.749,1	3,3	1.161,8	2,2	526,2	1,0
Set	1.746,6	3,3	1.055,5	2,0	388,1	0,7
Out	1.031,7	2,0	1.574,6	3,0	536,0	1,0
Nov	-223,5	-0,4	1.252,1	2,4	1.117,7	2,2
Dez	1.206,5	2,4	1.330,7	2,7	1.104,6	2,2
2005						
Jan – Dez	14.199,4	1,8	15.713,1	2,0	13.337,2	1,7
Jan	802,3	1,3	1.161,4	1,9	391,3	0,6
Fev	129,9	0,2	1.360,1	2,2	1.390,0	2,3
Mar	1.730,1	2,6	969,3	1,5	783,0	1,2
Abr	715,5	1,1	1.772,9	2,7	1.291,9	2,0
Mai	597,1	0,9	1.141,9	1,7	1.550,5	2,3
Jun	1.274,5	1,9	1.233,0	1,8	1.061,4	1,6
Jul	2.566,6	3,9	1.561,5	2,4	696,3	1,1
Ago	806,2	1,2	1.465,5	2,1	1.093,9	1,6
Set	2.393,1	3,5	1.155,1	1,7	742,8	1,1
Out	880,4	1,3	1.533,6	2,2	1.259,1	1,8
Nov	1.733,9	2,6	1.144,1	1,7	783,6	1,2
Dez	569,8	0,9	1.214,7	1,8	2.293,4	3,5

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a dezembro de 2005 alcançou R\$ 15,7 bilhões, ou seja, 2,8% a mais que no mesmo período de 2004. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$13,3 bilhões entre janeiro e dezembro de 2005, contra R\$ 8,0 bilhões no mesmo período de 2004, ou seja, um salto de 66,2%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005								
Jan	7,4	98,1	211,0	5,3	63,9	127,8	2,2	34,2
Fev	7,8	100,2	215,4	5,0	65,1	130,3	2,8	35,1
Mar	9,3	101,5	218,2	5,9	65,7	131,4	3,3	35,8
Abr	9,2	104,1	223,8	5,3	66,4	132,8	3,9	37,7
Mai	9,8	106,0	227,9	6,4	67,9	135,9	3,5	38,1
Jun	10,2	106,8	229,7	6,2	68,5	137,2	4,0	38,3
Jul	11,1	108,9	234,2	6,1	69,1	138,2	5,0	39,8
Ago	11,3	111,2	239,1	7,7	71,1	142,3	3,7	40,1
Set	10,6	112,9	242,8	6,3	71,7	143,5	4,3	41,2
Out	9,9	114,0	245,1	6,2	72,1	144,2	3,7	41,9
Nov	10,8	116,6	250,7	6,7	72,7	145,5	4,1	43,9
Dez	10,9	118,3	254,4	6,6	73,6	147,2	4,3	44,8
2006								
Jan <sup>2</sup>	9,3	120,1	258,3	6,4	74,7	149,5	2,8	45,4

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

2 – Dados preliminares

As exportações, em janeiro de 2006, totalizaram US\$ 9,3 bilhões, uma cifra recorde histórica no comércio exterior brasileiro para o referido mês. Sobre janeiro de 2005, as exportações cresceram 24,5%.

As importações somaram US\$ 6,4 bilhões. Sobre mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 22,3%.

O saldo de janeiro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 2,8 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 100 bilhões desde o último mês de fevereiro.

## IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros <sup>1</sup>	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,4	16,5	27,6	nd
1997	24,8	16,1	25,2	nd
1998	28,8	26,6	29,5	nd
1999	25,6	4,7	26,3	nd
2000	17,4	7,0	17,6	nd
2001	17,3	6,3	17,5	nd
2002	19,2	-5,7	19,1	nd
2003	23,3	13,7	23,4	nd
2004	16,2	3,7	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,2	nd
Jan	1,4	1,0	17,9	18,25
Fev	1,2	0,8	18,5	18,25
Mar	1,5	0,5	19,0	19,25
Abr	1,4	0,9	19,3	19,50
Mai	1,5	1,8	19,6	19,75
Jun	1,6	2,0	19,7	19,75
Jul	1,5	1,9	19,7	19,75
Ago	1,7	2,5	19,7	19,75
Set	1,5	1,6	19,6	19,50
Out	1,4	0,8	19,3	19,00
Nov	1,4	1,0	18,9	18,50
Dez	1,5	1,4	18,2	18,00
2006		0,7	17,7	
Jan	1,4			17,25

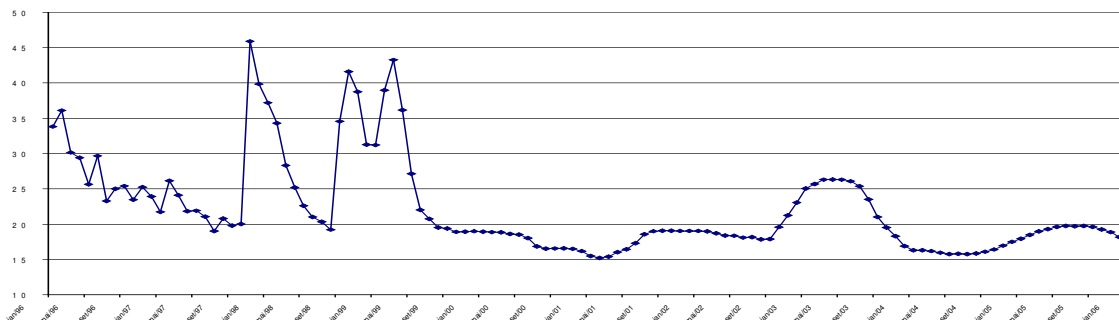
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito <sup>1</sup>

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral
1995	171,1	nd	nd
1996	112,2	nd	nd
1997	81,7	nd	nd
1998	94,4	nd	nd
1999	87,2	nd	nd
2000	56,9	12,0	27,2
2001	48,9	11,8	27,0
2002	51,4	14,5	30,0
2003	55,6	14,7	31,9
2004	43,9	13,0	27,2
2005			
Jan	45,2	13,9	28,6
Fev	45,4	13,6	28,7
Mar	45,3	13,7	28,8
Abr	45,4	13,7	29,0
Mai	46,8	13,8	29,9
Jun	46,3	13,6	29,8
Jul	43,0	13,4	28,2
Ago	42,8	13,7	28,5
Set	44,0	14,0	29,5
Out	43,9	14,5	29,8
Nov	43,3	14,2	29,4
Dez	42,7	14,0	28,8

Fonte: Bacen.

<sup>1</sup> – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e flutuante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB <sup>2</sup>
	Recursos Direcionados	Recursos Livres <sup>1</sup>	Total			
1994 Dez	nd	Nd	157,8	28,3	186,0	36,4
1995 Dez	nd	Nd	202,0	35,5	237,5	34,8
1996 Dez	nd	Nd	206,2	44,8	251,1	31,0
1997 Dez	nd	Nd	233,5	24,4	257,9	28,7
1998 Dez	nd	Nd	253,9	20,9	274,7	29,7
1999 Dez	nd	Nd	268,3	17,5	285,8	26,9
2000 Dez	140,8	167,7	308,4	12,6	321,0	27,8
2001 Dez	118,2	205,6	323,8	9,8	333,7	26,6
2002 Dez	144,1	221,9	366,0	13,5	379,5	23,9
2003 Dez	163,2	233,2	396,4	15,0	411,4	25,8
2004						
Nov	174,1	286,1	460,1	19,4	479,6	26,1
Dez	180,4	285,4	465,8	19,2	485,0	26,2
2005						
Jan	180,8	291,9	472,8	19,1	491,9	26,4
Fev	179,3	299,8	479,1	19,1	498,2	26,6
Mar	179,6	306,7	486,2	19,6	505,8	26,8
Abr	179,7	315,7	495,4	19,5	514,9	27,3
Mai	180,3	318,7	499,0	19,4	518,4	27,5
Jun	182,2	323,8	506,0	19,6	525,6	27,9
Jul	183,1	329,9	513,0	20,0	533,0	28,4
Ago	185,4	336,3	521,7	20,1	541,8	28,9
Set	185,4	342,6	528,0	20,1	548,1	28,9

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.

O Banco Central informa que as séries acima estão temporariamente indisponíveis, em função de revisão de dados.